



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 1 de 7

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE TANABI	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
Decretos	2
Licitações e Contratos	6
Comunicados	6

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município de Tanabi, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Tanabi poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.tanabi.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Tanabi

CNPJ 45.157.104/0001-42
Rua Dr Cunha Jr, 242
Telefone: (17) 3272-9000
Site: www.tanabi.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Câmara Municipal de Tanabi

CNPJ 51.853.687/0001-49
Rua José Siriani, 933
Telefone: (17) 3274-2113 / 3274-2114
Site: www.tanabi.sp.leg.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Tanabi garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.tanabi.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 2 de 7

PODER EXECUTIVO DE TANABI

Atos Oficiais

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.162/2021.

Objeto: “Dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº. 3.154/2021 e dá outras providências.”

NORAIR CASSIANO DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Tanabi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Tanabi, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogado o inteiro teor da Lei Municipal nº. 3.154, de 30 de março de 2021, que autoriza cessão de médicos para “Santa Casa São Vicente de Paulo de Tanabi”, para ações enfrentamento ao Covid-19 (Novocoronavirus), e dá outras providências.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Tanabi,

Em 06 de maio de 2021.

NORAIR CASSIANO DA SILVEIRA

Prefeito do Município

Registrado e publicado na

Secretaria, data supra.

Alvanir S. Ventura

Secretário Municipal da Administração

Autógrafo nº. 25/2021

Projeto de Lei nº. 26/2021.

Decretos

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.417/2021.

Objeto: Estende a quarentena e institui medidas transitórias do Plano São Paulo, para enfrentamento da COVID-19 (NOVO CORONAVIRUS), dando outras providências.

NORAIR CASSIANO DA SILVEIRA, Prefeito do Município de Tanabi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Estadual nº. 64.994/2020, que dispõe sobre o “Plano São Paulo”;

CONSIDERANDO, que o Estado de São Paulo encontra-se na “Fase de Transição”, de acordo com o Plano São Paulo;

CONSIDERANDO, todas as diretrizes e regulamentações apontadas na “Fase de Transição”;

CONSIDERANDO o anúncio do Governador do Estado na data de 07 de maio de 2021, relativo à manutenção da “FASE DE TRANSIÇÃO” do Plano São Paulo;

CONSIDERANDO, as adequações necessárias, obedecendo à pluralidade das disposições transitórias, seguindo ainda as orientações de contingenciamento do contágio da Covid-19;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº. 65.680, de 07 de maio de 2021, que “Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Decreto nº 65.635, de 16 de abril de 2021, e dá providências correlatas”;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estendida a quarentena até 23 de maio de 2021, no município de Tanabi, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Ficam mantidas as medidas transitórias, de caráter excepcional, no município de Tanabi, Estado de São Paulo.

Art. 3º. Para fins deste Decreto Municipal, entende-se:

I – Delivery: modalidade de comércio em que o produto



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 3 de 7

é entregue no endereço do consumidor;

II – Drive-Thru: modalidade de comércio em que o consumidor retira o produto no estabelecimento comercial sem sair do veículo;

III – Take-way: a modalidade de retirada presencial, sem acesso a área interna do estabelecimento comercial.

Art. 4º. Os estabelecimentos abaixo, considerados essenciais, conforme legislação federal e estadual funcionarão em horários diferenciados, assim como descritos a seguir:

I – Funcionarão em horário normal de trabalho:

a) Farmácias e drogarias, inclusive quanto ao esquema de plantão;

b) Indústrias;

c) Empresas e comércios de produtos de limpeza necessárias para higienização;

d) Revendedoras de gás e água;

e) Oficinas mecânicas, vistorias veiculares e assistência técnica de produtos eletroeletrônicos;

f) Serviços de guincho;

g) Serviços de óticas e assemelhados;

h) Lojas de produtos agropecuários e veterinários de nutrição animal e assemelhados

i) serviços de segurança;

j) serviços funerários;

k) Loja de materiais de construção.

II – As agências bancárias, correspondentes bancários, casas lotéricas e agências dos Correios e correspondentes, funcionarão em seus respectivos horários.

III – Os Supermercados, mercados, mercearias, quitandas, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, empórios, centro de abastecimentos de alimentação, demais estabelecimentos assemelhados, desde que não haja o consumo de alimentos no local, com funcionamento de segunda a sábado até as 21h00, e aos domingos e feriados até as 12h00.

IV – Padarias (produtos de panificação e

assemelhados):

a) As padarias e panificadoras poderão abrir de segunda a sábado até às 21h00, aos domingos e feriados até as 12h00, proibido consumo no local;

V – Postos de combustíveis funcionarão normalmente em seus dias e respectivos horários;

a) Suas lojas de conveniências poderão funcionar, de segunda a domingo, conforme alvará de funcionamento, até às 21h00, sendo explicitamente proibido o consumo no local, ficando proibida aglomeração em seu entorno e no referido posto de abastecimento; após este horário, somente poderá atender no sistema delivery, drive-thru e take-way.

VI – Todos os locais compreendidos nos incisos acima, orienta-se que seja utilizados por um único membro da família, evitando aglomerações. Mantidas todos outros cuidados no enfrentamento da COVID-19.

Art. 5º. Os serviços essenciais de saúde terão expediente normal, inclusive estabelecimentos de saúde animal (veterinários).

Art. 6º. Ficam autorizados a funcionarem com atendimento presencial ao público, a partir de 08 de maio de 2021, nos seguintes termos:

a) Comércios em geral e prestadores de serviços, concessionárias, garagens de veículos, escritórios, terão atendimento presencial ao público, podendo funcionar entre 06h00 e 21h00, zelando para evitar a aglomeração de pessoas;

b) Atividades Religiosas presenciais, individuais ou coletivas, encerrando suas atividades até as 21h00, zelando para evitar a aglomeração de pessoas

c) Restaurantes, e similares (com público sentado): atendimento com consumo no local entre 06h00 e 21h00; após este horário, de forma exclusiva pelos sistemas de delivery, drive-thru e take-way.

d) Salões de beleza, barbearias e assemelhados: atendimento presencial, entre 06h00 e 21h00, com horário previamente agendado;

e) Atividades Culturais: atendimento presencial entre 06h00 e 21h00;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 4 de 7

f) Academias de Esportes: atendimento presencial, entre 06h00 e 21h00;

§ 1º. No caso das padarias desenvolverem atividades como “restaurantes e similares”, poderão funcionar em seus respectivos dias, conforme alvará de funcionamento, de acordo com o “caput” deste artigo.

§ 2º. As lanchonetes, lanches, trailers de alimentação, pizzaria, espetaria, sorveteria, rotisseries e similares, poderão funcionar com presença de público sentado, conforme seu enquadramento de CNPJ, entre 06h00 e 21h00; após este horário, de forma exclusiva pelos sistemas de delivery, drive-thru e take-way.

§ 3º. Os bares poderão funcionar com presença de público sentado, conforme seu enquadramento de CNPJ, entre 06h00 e 21h00.

§ 4º. As atividades descritas acima deverão obedecer à capacidade de até 30% (trinta por cento) de ocupação do respectivo local ou espaço de acesso ao público, observados rigorosamente todos os protocolos sanitários de biossegurança.

Art. 7º. Para o exercício de suas atividades cada estabelecimento obedecerá ao seu respectivo tipo de enquadramento”, e inscrição no CNPJ, em conformidade com seu alvará de funcionamento.

Art. 8º. Ficam proibidas, as seguintes atividades:

I – Festas ou eventos de qualquer natureza, incluindo comemorações particulares em chácaras ou similares, bem como condomínios,

II – Venda ou consumo de bebidas alcoólicas após as 21h00, exceto no sistema de entrega em domicílio;

III – Utilização de equipamentos de uso coletivo tais como: bancos, espaços kids, piscinas, e outras estruturas similares.

Art. 9º. As aulas e atividades do Ensino Público Municipal (Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA – Educação de Jovens e Adultos) e APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) ficarão sob a “forma remota”, com plantões para atendimento presencial do aluno, até o dia 23 de maio de 2021, conforme orientação educacional e pedagógica da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Parágrafo único. As Unidades Municipais de Ensino permanecem em funcionamento para atendimento ao público das 7h00 às 17h00, com horário dos servidores com 8 horas/diárias de trabalho presencial, sem revezamentos e dos Professores da Educação Básica I (PEB I) com 15 horas semanais de forma presencial e Professores da Educação Básica II (PEB II- especialistas) com 43% da carga horária semanal, presencialmente.

Art. 10. Fica autorizada a opção de retomada das aulas e atividades escolares presenciais e ou híbridas, de forma gradativa, da rede pública estadual de ensino, das instituições privadas de ensino, do Ensino Superior e de Educação Profissional, observadas as diretrizes do Plano São Paulo, o disposto no Decreto Estadual nº 65.061, com a redação dada pelo Decreto nº 65.140, ambos de 2020, e demais diretrizes exaradas pelo Comitê Gestor de Enfrentamento à COVID-19.

Art. 11. As repartições públicas municipais passam a ter atendimento presencial ao público, nos seguintes horários:

I – Das 09h00as 15h00:

a) Paço municipal.

II – Das 08h00 as 17h00:

a) Secretaria Municipal da Educação e Cultura (setores administrativos),

b) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e seus setores adjuntos;

c) Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;

d) Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente;

e) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana;

f) Posto de Atendimento do “Banco do Povo Paulista”;

g) Junta do Serviço Militar e Conselho Tutelar;

h) Posto SEBRAE AQUI.

Parágrafo único. O horário de trabalho dos servidores municipais nas repartições públicas mencionadas nos incisos acima será das 8h00 as 17h00, ficando proibido a realização de revezamentos.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 5 de 7

Art. 12. Fica autorizada a adoção de medidas no âmbito da administração pública municipal que facilitem a prestação dos serviços através de meio eletrônico e outros não presenciais, tais como: atendimento eletrônico no site oficial (www.tanabi.sp.gov.br), atendimentos por e-mail, atendimentos telefônicos; e, nos casos excepcionais os contribuintes poderão se utilizar dos serviços de forma presencial, no horário definido acima, mediante autorização do encarregado de cada unidade administrativa.

Art. 13. Demais atividades não especificadas neste decreto, que gerem movimentação de pessoas, deverão obedecer à capacidade de até 30% (trinta por cento) de ocupação do respectivo local ou espaço de acesso ao público, observados todos os protocolos de proteção, segurança, higiene, distanciamento, sendo vedadas aglomerações.

Art. 14. Todas as atividades exercidas no município deverão adotar todos os protocolos sanitários.

Art. 15. Ficam ratificadas todas as medidas de higiene, anteriormente divulgadas, como distanciamento social, uso obrigatório de máscara facial, utilização de álcool gel 70% e demais cuidados que inibem a propagação da COVID 19 (NOVOCORONAVIRUS), elencadas no Plano São Paulo, bem como pela Organização Mundial da Saúde.

Art. 16. A Equipe de Vigilância Sanitária realizará fiscalização, apoiados, no que couber, pela Polícia Civil e Polícia Militar, de forma conjunta para o cumprimento dos Decretos Estaduais, bem como os Decretos Municipais, especificamente o presente, sendo que as aplicações da penalidade terá o seguinte critério:

I – Será advertido por escrito o infrator, para que cesse imediatamente suas atividades, como forma de orientação, evitando a aglomeração de pessoas, seguindo as orientações do Ministério da Saúde;

II – Em caso de reincidência, aplicação de multa de 10 UFM;

III – Em caso de descumprimento será aplicada a interdição total ou parcial da atividade sem prejuízo da cassação do alvará do estabelecimento, conforme cada caso.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades descritas nos incisos acima, não excluem a prática dos crimes previstos nos artigos 268 e 330 do Código Penal, quando cabíveis.

Art. 17. Todos os “estabelecimentos”, de qualquer dos seguimentos contidos neste Decreto, a todo tempo, deverão intensificar as ações de limpeza já mencionadas anteriormente, bem como, divulgar todas as informações acerca da COVID-19, inclusive quanto as medidas de prevenção, isolamento social, aglomeração no tocante a legislação vigente.

Art. 18. As medidas previstas neste Decreto Municipal, poderão ser REAVALIADAS A QUALQUER TEMPO pelo prefeito do município, bem como pelo Comitê Gestor de Crise, em razão do COVID-19 (NOVO CORONAVIRUS).

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº. 4.416, de 03 de maio de 2021.

Prefeitura do Município de Tanabi,

Em 10 de maio de 2021.

NORAIR CASSIANO DA SILVEIRA

Prefeito do Município

Registrado e publicado

na secretaria, data supra

Alvanir S. Ventura

Secretário Municipal da Administração.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 6 de 7

Licitações e Contratos

Comunicados

QUESTIONAMENTOS.

A) ATLANTIS SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ n. 00.796.042/0001-80, situada à Rua Joaquim Sebastião dos Santos, 136, Retiro, Jaguaruna/SC, tudo conforme documentos de representação anexo ao presente, vem, com o devido respeito, requerer ESCLARECIMENTOS em relação à Pregão Presencial 14/2021, nos termos do previsto no Edital. Em análise do Edital e seus anexos, deparemos com os seguintes questionamentos que necessitam de esclarecimentos por parte da d. Comissão de Licitação, para correta participação de quaisquer licitantes no certame público. São os seguintes os pontos que se requer esclarecimento: No item 1.2.4.1 do Termo de Referência, consta o seguinte: 1.2.4.1. A contratada deverá fornecer 02 (dois) veículos podendo ser moto ou carro com o respectivo funcionário para realizar vistorias 02 (duas) vezes por dia no funcionamento das moto bombas submersas e vistoria dos reservatórios e análise diária de cloro, flúor, turbidez e PH, e vistoriar as lagoas de Ecatu e Ibioporanga, dando manutenção como limpeza no cesto, acompanhamento do funcionamento das bombas, devendo manter a operação da lagoa de tratamento central com o fornecimento de mão de obra para operar a limpeza do gradil operação em 24 horas, e manutenção das bombas e painéis. Assim, questiona-se: em qual momento se darão as manutenções nas bombas e painéis? Estas serão preditivas, preventivas e/ou corretivas? O termo não faz menção quanto às especificidades do funcionário responsável pelas vistorias e manutenções, restando a dúvida se este deverá ter algum conhecimento e/ou experiência em mecânica/elétrica? Os componentes elétricos/mecânicos necessários para as manutenções corretivas, serão fornecidos pelo órgão Contratante? Nos itens 9 e 10 do referido termo referencial, destaca-se: 9. Ficará de responsabilidade da contratada as análises de água realizadas pelo químico e este profissional deverá ser fornecido pela contratada e este deverá realizar diariamente o acompanhamento dos serviços e análises.

10. A contratante deverá fornecer local adequado e instalar laboratório para análise de água, sendo os equipamentos e insumos para análise, custeados e mantidos pela contratante, devendo ter no mínimo 02 aparelhos para análise de cloro, flúor, ph e turbidez, devendo seguir os seguintes métodos; Desta forma, caso haja necessidade terceirizar alguma análise, para cumprimento das normas vigentes, estas terceirizações ocorrerão por conta da empresa contratada? No item 25, do mesmo anexo, extrai-se: 25. Inspeção e leitura de hidrômetro: a contratada prestará auxílio para a contratante com disponibilização de 3 (três) leituristas para a realização dos serviços. Os equipamentos necessários para a execução do serviço serão fornecidos pela Contratante? Caso não, quais as características mínimas requeridas para estes equipamentos? As leituras ocorrem com emissão simultânea de faturas? O material de consumo, como as bobinas e folhas para repasse, serão fornecidos pelo órgão Contratante? São esses os esclarecimentos que a Requerente compreende importantes para sanar as dúvidas em relação à Pregão Presencial nº 14/2021, sem impor qualquer alteração ou modificação no Edital e seus anexos, visto tratar-se de dúvidas quanto a sua correta interpretação. Atenciosamente

B) O item 10.3.5 do edital supracitado, dispõe sobre a Prova de regularidade com a Fazenda Estadual – CND, relativo ao ICMS, SENDO AS CERTIDÕES DE DÉBITOS INSCRITOS E NÃO INSCRITOS. Gostaríamos de saber se a CND é referente ao Estado de São Paulo? ou somente da sede da licitante?

1. Seguindo orientação do Setor de Água e Esgoto, bem como da Secretaria dos Negócios Jurídicos, informo que as manutenções serão realizadas sempre que necessárias sendo elas preventivas, corretivas e/ou preditivas, visando sempre a continuidade do abastecimento de água e do bom funcionamento do sistema e das bombas controladoras.

2. O prestador de serviço (colaborar da empresa contratada) que realizará as vistorias e manutenções não será obrigado a emitir ART atestando o serviço, porem aconselha-se que o mesmo tenha no “mínimo conhecimento para a segurança do sistema e do trabalhador”;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TANABI

Conforme Lei Municipal 2.984, de 12 de junho de 2019

www.tanabi.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/tanabi

Segunda-feira, 10 de maio de 2021

Ano III | Edição nº 367

Página 7 de 7

3. Os componentes necessários para a manutenção assim como para a aquisição e modernização dos painéis, quando necessários, correrão por conta da empresa contratada;

4. As análises diárias, correrão integralmente por conta da contratada, porém as análises mensais, é solicitada pela contratada a prefeitura que pague este serviço, porém a busca, entrega, amostragem, reais ajustes e esclarecimentos se darão por contada única e exclusiva da contratada.

5. Quanto as aferições de consumo o município fornece equipamento para a execução do serviço, não havendo impressão simultânea;

6. Os materiais de escritório (existentes) serão fornecidos pela Prefeitura, assim como as folhas de impressão das faturas.

7. Qualquer modernização quanto aos equipamentos o custeio correrá às suas expensas, ou seja, por conta da contratada.

8. Quanto a CND, esta poderá ser de qualquer Estado da Federação.

Tanabi, 10 de maio de 2021.

João Paulo da Silveira

Técnico em Licitação